

## POR UM MUSEU DA RESISTÊNCIA NO PORTO



JOANA BRITO

JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO 2025

PARA UMA ARQUITECTURA DAS MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA

MUSEU NACIONAL RESISTÊNCIA E LIBERDADE

PENICHE, 20 DE SETEMBRO 2025

[cima] *Libertação dos presos políticos no Porto a 26 de Abril de 1974.*  
Fotografia do Centro de Documentação do 25 de Abril – Universidade de Coimbra.

O que irei apresentar neste artigo, ainda que muito brevemente, são os principais resultados da minha dissertação de mestrado defendida em Outubro de 2022. O título escolhido foi **a patrimonialização e musealização da memória da violência política durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, tendo incidindo sobretudo no caso da delegação da polícia política no Porto.**

Atravessamos as comemorações dos cinquenta anos da Revolução de Abril, e o que me motivou a escrever a dissertação foi acreditar que os valores democráticos transformam a sociedade e que é necessária uma educação patrimonial contínua. Visto que o mestrado problematizava o Património Cultural e a Museologia, decidiu-se fazer essa dupla análise a um período histórico recente e aos seus vestígios.

**A sede da PVDE/PIDE/DGS do Estado Novo, no Porto,** é um lugar representativo da repressão salazarista e é actualmente o Museu Militar do Porto. A classificação patrimonial do edifício está assegurada, porém nem a materialidade nem as imaterialidades desse período estão contempladas no actual discurso expositivo. Considerando que isso é uma enorme carência para as pessoas, para a cidade, para a História, para a Arqueologia, e para a Museologia, defendeu-se, assim como já fizeram associações e partidos políticos, uma nova musealização no edifício do Heroísmo. Em Portugal, a musealização da memória da violência política numa delegação da polícia política constitui uma novidade por si só.



Ex-delegação da PVDE/PIDE/DGS do Porto. Rua do Heroísmo

Em termos estruturais, a dissertação dividiu-se em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. Partiu-se de observações e estudos mais gerais para, gradualmente, serem focados aspectos mais particulares. Fez-se um levantamento de alguns dos trabalhos publicados sobre a História do Estado Novo e do Porto, bem como dos estudos da Memória, da Museologia e Arqueologia do passado recente. Foram usadas algumas fontes primárias e secundárias e colocaram-se, ainda, questões às directoras dos Museus da Resistência. Estas palavras foram escritas de forma responsável e ética, seguindo os padrões da clareza, veracidade, precisão, relevância e tendo como horizonte a possibilidade de execução futura.

**O primeiro capítulo correspondeu ao enquadramento histórico da violência política.** Os objectivos passaram por: evidenciar as correlações entre Estado Novo e polícia política, descrevendo o seu contexto histórico; explorar os conceitos de Oposição e Resistência, as suas formas e periodização.

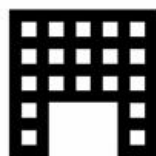
Quis-se, ainda, entender como evoluiu a memória da violência política desde o 25 de Abril de 1974 até à actualidade. Em termos museológicos, percebeu-se que foi sendo representada, mas de forma escassa até à abertura dos Museus da Resistência e Liberdade. Por fim, criticou-se o facto de existirem recomendações da Assembleia da República, como a nº 24/2008, que geraram poucos resultados práticos.

**O segundo capítulo relacionou a memória, a identidade e o património cultural.** Averiguou-se quais os instrumentos normativos, internacionais e nacionais, as recomendações patrimoniais que estão relacionados com a memória dos resistentes e oposicionistas portugueses. Começou-se por fazer uma análise internacional às da UNESCO, do ICOM e *Coalizão Internacional dos Sítios de consciência*. Pareceu claro que não existe uma classificação de património apenas a proposta de designação *sítios de consciência* pela Coalizão. Portanto, internacionalmente, alguns passos foram dados, todavia só futuramente se assegurará a categorização deste tipo de sítios.

Tratando-se de uma dissertação na área do património cultural, lançou-se a questão: a memória da violência política constitui património cultural? De seguida, procurou-se responder se os testemunhos dos ex-presos políticos, isto é, os acervos já criados nos Museus do Aljube e Peniche, estavam patrimonializados pela via museológica. A resposta a esta questão é, aparentemente, negativa.

**O objectivo do terceiro capítulo passou por radiografar os lugares de repressão e violência política musealizados.** Em Portugal, existem dois museus

dedicados à memória dos membros da Resistência: o Museu do Aljube, desde 2015, e o Museu Nacional Resistência e Liberdade, desde 2019. Pretendeu-se compreender esta realidade museológica, questionando as suas missões, programas museológicos, as várias práticas e as directoras sobre estes elementos principais.



**MUSEU DO ALJUBE  
RESISTÊNCIA  
E LIBERDADE**

**Museu Nacional  
Resistência e Liberdade**

**Fortaleza de Peniche**

No Museu do Aljube descreveu-se a exposição de longa duração e as suas actividades paralelas. Apresentou-se uma crítica museológica, seguindo a metodologia das variáveis IPOP (pekarik et al, 2014). Mais, fizeram-se comparações com a Topografia do Terror e Memorial da Resistência Alemã, em Berlim (Alemanha), e o Museu da Resistência Nacional, em França.

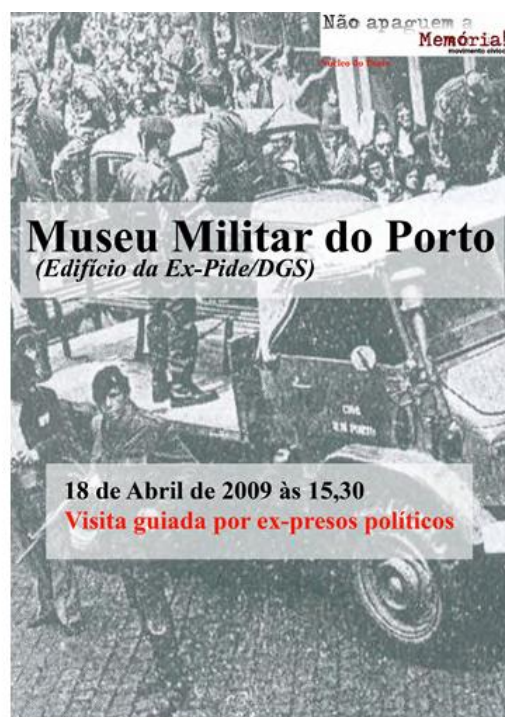
Seguiu-se a mesma metodologia para analisar o Museu Nacional Resistência e Liberdade, isto é, relatou-se a exposição *Por teu livre pensamento*, escreveu-se a crítica



museológica e comparou-se com o Museo Nazionale Della Resistenza, em Milão (Itália), por estarem na mesma fase de instalação.

Partindo dessas reflexões, **no quarto capítulo, pretendeu-se diagnosticar o estado da patrimonialização das memórias políticas e da ex-delegação da PIDE/DGS, no Porto, e propor uma nova musealização.** Antes de tudo, fez-se um breve contexto social e político do Porto desde o início do século XX até ao 25 de Abril. Dedicou-se um subcapítulo à história patrimonial do edifício, do envolvente do edifício, descreveu-se as funções da delegação, condições da prisão, inspectores, dirigentes, informadores, e presos políticos mortos. Referiu-se, ainda, que o Museu Militar do Porto foi implementado, no palacete, em 1977.

Posteriormente, apresentou-se o projecto “Do Heroísmo à Firmeza”, gerido pela associação União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, desde 2009, e que está, gradualmente, a ser instalado no imóvel. Agruparam-se outras iniciativas culturais e de defesa do lugar como Museu da Resistência. Evocou-se a petição pública, de 2015, e a resolução nº 153/2019 da Assembleia da República que recomenda ao governo que crie um museu de memória da resistência ao fascismo, no edifício onde funcionou a delegação da ex-PIDE/DGS, enquadrando-o numa rede nacional de museus da resistência.



[Esquerda - cima] Evento da URAP no imóvel do Heroísmo. *Jornal Avante!*  
[Esquerda - baixo] Comício da CDU, Largo Soares dos Reis, Porto.  
[Direita] Cartaz de divulgação de *Visita guiada por ex-presos políticos*. NAM.

Ao estudar o estado da patrimonialização da memória da violência política verificou-se que há interesse de vários colectivos neste tema, mas a produção de conhecimento científico do lugar é diminuta, quer sob a forma de exposição, quer pela falta de estudos especializados. A população não tem acesso livre ao local onde decorreram grande parte dessas experiências da violência política e só se concretiza a transmissão das memórias a alguns grupos que visitem o espaço nas datas que a associação URAP ou o Museu Militar propõem. Portanto, há uma certa *patrimonialização social*, no entanto, a *institucional* não se efectivou. O processo de patrimonialização já se iniciou, mas terá que prosseguir.



[Esquerda] Documentário *Museu da Vergonha*.  
[Direita] Recolha de testemunhos efectuada pela URAP no edifício do Heroísmo.

**De forma a dar continuidade à patrimonialização, concebeu-se, então, uma nova musealização no edifício do Heroísmo.** É a minha resposta prática que, desde logo, actuaria como um processo de salvaguarda da memória resistente e oposicionista. Acima de tudo, preservar-se-ia o edifício, visto que o património material é fundamental por ser detentor dos códigos repressivos. Por essa mesma razão, defendeu-se que o Museu da Resistência do Porto deve ser no edifício do Heroísmo e não em qualquer outro lugar.



[Esquerda - cima] Edifício prisional sul com a inscrição “PVDE” ainda legível.  
[Esquerda - baixo] Celas de isolamento da delegação da PIDE/DGS do Porto.  
[Direita] Exposição temporária do projecto *Do Heroísmo à Firmeza*, no último piso do palacete.

Na proposta da musealização, aproveitou-se a **designação já dada pelos cidadãos como Museu da Resistência e Liberdade do Porto**. Estabeleceu-se uma visão, uma missão, um esboço do programa museológico e os objectivos gerais. Concebeu-se o programa base preliminar para a musealização, incluindo o discurso expositivo, bem como algumas práticas culturais e educativas para este lugar histórico. Toda esta composição forma a sua identidade museológica, com as suas particularidades.

O museu deverá aproximar-se do que se designa como museu histórico (material, político, social e cultural), mas com uma abordagem multidisciplinar ao tema, podendo ainda abranger a definição de *museu de sítio*. Os temas abordados focarão a violência e o conflito, a discriminação e a desigualdade, a falta de direitos, liberdades e garantias, principalmente no que se refere aos períodos das ditaduras do século XX. A violência política do século XIX e a do século XXI também deve ser enquadrada, assim como as formas de resistência à mesma. Sendo esta uma linha estratégica diferenciadora.

**A fundamentação do projecto é esta:** um diálogo para a paz, para a informação, compreensão e efectivação do conhecimento e cumprimento dos direitos humanos. O trabalho museológico a ser desenvolvido na ex-delegação da PVDE/PIDE/DGS deverá actuar individual e colectivamente, contribuindo para a divulgação histórica, o livre pensamento, a democracia, a consciência política e a participação popular.

**A visão do museu** é a seguinte: Tornar-se numa instituição de desenvolvimento social, cultural e científico, de reflexão e discussão, criadora e depositária de memórias sociais e artefactos, aproximando pessoas com vista à promoção da democracia, da justiça social e da igualdade, assumindo-se como uma referência regional do património e das ciências sociais.

**A missão:** Partindo de um local com memórias da violência política exercida por uma das instituições do Estado Novo, o Museu da Resistência e Liberdade do Porto tem como missão, através das materialidades e imaterialidades, tratar a questão da violência política e as formas de resistência e oposição no passado e no presente, de forma a evitar que atrocidades idênticas sejam cometidas no futuro.

**Os cinco objectivos gerais** são complementares à missão do museu e visam a sua execução:

- Cumprir com todas as funções museológicas de aquisição, preservação, investigação, educação e comunicação. Conservar o património imóvel como testemunho da delegação da polícia política do Estado Novo para as gerações futuras e alertar para a defesa deste património cultural.
- Desempenhar um papel activo na divulgação das memórias dos resistentes/opositores ao Estado Novo, na construção dos valores democráticos, das liberdades, na cidade do Porto e na região Norte. Divulgar os direitos, igualdades e garantias dos cidadãos através de práticas educativas.
- Apoiar e colaborar com o tecido cultural e associativo (de defesa da memória dos resistentes, do património, dos direitos culturais, dos trabalhadores, das mulheres, das crianças, dos idosos, dos refugiados, de pessoas com necessidades especiais, entre outros) da cidade e da região, na divulgação dos valores democráticos com uma estratégia científica.
- Estabelecer parcerias com a Rede de Museus da Resistência (Museu Nacional Resistência e Liberdade, em Peniche, e o Museu do Aljube, em Lisboa), instituições



regionais, nacionais e internacionais, tendo em vista o estudo e divulgação das colecções.

- Realizar exposições temporárias sobre temáticas da colecção, promover eventos culturais e educativos, reuniões associativas de intervenção na cidade e na região.

**O discurso expositivo** deverá ter em conta a complexidade das matérias e desenvolver-se-á com momentos que combinem os textos científicos (as ideias), o espaço físico, os relatos (as pessoas) e a cultura material (objectos), de modo que apele à reflexão individual e colectiva sobre a sociedade civil, as instituições e a democracia.

A experiência física e sensorial que os visitantes atravessarão, percorrendo as celas e outras dependências musealizadas, as *questões abertas* direccionadas para os diferentes públicos, serão outra valência para o que acredito ser o caminho para a dissolução de preconceitos e diminuição de violências a vários níveis. Os temas deixarão de ser abstractos, os testemunhos acompanharão parte do percurso, os objectos trarão a dimensão histórica, cultural e social, documentando a realidade produzida pelos seres humanos. Necessitará recorrer-se ainda a material audiovisual e sonoro, englobando vídeos, documentários, fotografias e, se for pertinente, filmes de animação das fugas, dos aprisionamentos, por exemplo, para atingir objectivos educacionais para o público infantil e juvenil. Assim, o discurso expositivo ambicionará ser transformativo, com objectivo de provocar mudanças comportamentais na sociedade.

As exposições, enquanto meio de comunicação fundamental do museu, garantirão a vertente educacional e de investigação. À exposição de longa duração, juntar-se-ão duas temporárias a decorrer de forma anual e que poderão ser rotativas entre os museus da rede ou outras instituições parceiras. Relativamente à exposição de longa duração, estabelecido o conceito, apresenta-se a sugestão de um enredo temático e científico:

**• 1 - Antecedentes:**

as resistências no Cerco do Porto; histórias de resistências no século XIX; a República; a Monarquia do Norte.

**• 2 - A Ditadura Militar e o Estado Novo:**

- as memórias do palacete: a Guerra Civil de Espanha e os refugiados republicanos acolhidos na casa (36-39); a delegação da polícia política – PVDE, PIDE e DGS; fugas

da prisão: Pedro Soares e Joaquim Gomes, em 1954, e Jorge Araújo e Silva Marques, em 1962; relatos das prisões, das detenções e dos familiares dos presos;

- as memórias do Porto: Revirvalho; a constituição de 1933 e as medidas contra a oposição; Resistência na Guerra de Espanha e II Guerra Mundial; campanha eleitoral Norton de Matos e o MUD; campanha eleitoral Humberto Delgado; D. António Ferreira Gomes e memórias dos católicos resistentes; roteiro da Resistência – fábricas, ilhas, cafés; as classes sociais do Porto. Que oposição?; manifestações de rua; movimento estudantil do Porto; Guerra Colonial; deportações e exílios;

- histórias de resistentes e oposicionistas: Virgínia Moura, Óscar Lopes, Ruy Luís Gomes, Abel Salazar, Maria José Rodrigues, Sérgio Valente, entre outros;

- as memórias do Norte: relações com outras pequenas prisões, como a de Ovar, postos de vigilância; episódios como o de Cambedo da Raia, ocorrido em 1946, em Chaves, entre outros.

### • 3 - O 25 de Abril de 74 e o 25 de Novembro de 75:

operações e Resistência; o PREC e a violência política; o 25 de Novembro a Norte; o julgamento dos Pides ou a inexistência dos mesmos; relatos na primeira pessoa - os ex-presos políticos e os agentes.

### • 4 - Resistência(s) e violência política no período democrático:

a patrimonialização da memória dos resistentes; ser resistente nos dias actuais; que formas de resistência para o futuro?

Deverá ser realizado um vídeo curto para enquadrar as temáticas do museu, a missão e os objectivos do mesmo. Tratando-se de uma delegação da polícia política, além das memórias sociais acima evocadas, devem constituir objectivos a atingir: apresentar, claramente, a organização e hierarquização da mesma, com recurso a fotografias dos seus inspectores, expor e descrever os métodos e instrumentos por eles usados, explicitar a importância dos informadores na estrutura e recriar alguns dos espaços e ambientes prisionais; disponibilizar, através de áudio e/ou texto, discursos de subdirectores, ou até mesmo do Presidente do Conselho, desde que enquadrados com o funcionamento da polícia; evidenciar a cooperação com outras instituições. Devem ser, ainda, levantadas questões sobre os mitos do Estado Novo e sobre a duração do governo

autoritário - que aprovação, que indiferença e que resistência obteve da população -, e obtidas respostas às mesmas através da consulta de diversos especialistas na temática.

As histórias dos resistentes e opositores deverão estar numa sala dedicada apenas a eles, corpo central da exposição. Aquilo que se projecta é a utilização de vários ecrãs tácteis, no qual poderá ser escolhido o testemunho pretendido, acompanhado de fotos, recortes de jornais, textos ou qualquer outra informação considerada pertinente. Sempre que possível, estes testemunhos devem conter entrevistas nos formatos áudio e vídeo.



Projecto de museografia *Do Heroísmo à Firmeza*.

Uma outra divisão arquitectónica, deverá acolher o Roteiro da Resistência numa mesa/mapa interactivo. Os 117 lugares de violência política e resistência do Porto, inventariados por Mário Mesquita e Silvestre Lacerda, devem poder ser seleccionados e ampliados. Esses imóveis e espaços públicos deverão conter informações históricas relativas aos agentes humanos a ele associados.

O espaço físico *per se* transmite a realidade carcerária no piso da cave e, por isso, deverá ser mantido o mais fiel possível ao traçado arquitectónico actual, sendo

acrescentados apenas pequenos textos explicativos acerca dos diferentes compartimentos e suas utilizações. Estes podem ser, no entanto, potenciados através da recriação dos ambientes das celas, a par da utilização de sons e/ou testemunhos que possam engrandecer a experiência de deambular por aqueles espaços. O espaço provocatório, isto é, aquele que poderia ser trabalhado de maneira a transmitir algum sentimento de incómodo, sufoco ou desequilíbrio, deveria ser criado num momento de transição entre o edifício principal e as celas localizadas na extremidade sul do terreno, pontuando um momento excepcional no discurso expositivo, expresso pela própria arquitectura ou por alguma instalação artística a ela associada, que coloque o visitante como peça central e participante activo da mesma. Os vestígios deixados da vivência da delegação, como armários, cadeiras, máquinas de escrever, arquivos, insígnias e escudos, devem ser incorporados para o discurso museológico e para uma eventual reconstituição digital de ambientes e espaços da delegação da polícia política.

No conteúdo expositivo será obrigatório o rigor científico para que se diminuam as distorções do passado. Os textos serão escritos por especialistas, cumprindo sempre uma fase fundamental de discussão com aqueles que serão consultores científicos do museu, nomeadamente nas áreas da História, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, Museologia, Arquitectura, entre outras.

Sublinha-se novamente que o museu terá dois níveis de exploração das temáticas: um sobre o passado e outro sobre questões do presente. Talvez, desta forma, pudesse atrair cada vez mais pessoas para a futura unidade museológica.

O museu trabalhará com **diferentes públicos**, com uma **programação diversificada** e inclusiva, tendo em conta a multidisciplinidade temática. Incontornável será, também, a criação de parcerias com algumas entidades na área da cultura e museus da Área Metropolitana do Porto – nos museus e património cultural - e o Turismo Porto e Norte, aliando-se às agendas culturais da cidade. A organização, própria ou em parceria, de eventos, as várias actividades educativas com diferentes associações, escolas, companhias de teatro, músicos e artistas, são parte da comunicação que reflectirá uma organização integrada na sociedade e poderá alcançar os objectivos pretendidos e cumprir a sua missão. Assim, após conhecer a realidade museológica dos Museus da Resistência em Portugal, para o Museu da Resistência do Porto foram pensadas algumas práticas educativas e culturais relativas à exposição permanente.

**O Museu da Resistência do Porto deverá ser uma instituição de serviço público que poderá ajudar as pessoas a conhecer e a alcançar os seus direitos**



cívicos e políticos, e tal será o maior medidor do seu valor para a sociedade, assim como McGhie (2020) defendeu. Afinal, este é o verdadeiro poder dos museus!



Ex-delegação da PVDE/PIDE/DGS do Porto. Largo Soares dos Reis.

Tal como se demonstrou nestas últimas páginas, **é inteiramente exequível uma nova musealização no edifício do Heroísmo**, ex-delegação da polícia política do Estado Novo no Porto. Esta poderia concretizar-se nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril? Certamente. Teria apenas que se fazer cumprir as recomendações já aprovadas na Assembleia da República e, essencialmente, existir vontade política.

Já se imaginou o museu, e para que este se construa, já se sabe qual será o percurso a trilhar (tal como no MNRL e no Aljube): Partidos políticos, associações, investigadores e sociedade civil, através das mais variadas iniciativas, têm que trabalhar conjuntamente, apesar das diferenças, com vista a atingir esse objectivo maior e a todos comum.

## Bibliografia:

- Brito, J. (2022). Patrimonialização e musealização da memória da violência política – O caso da delegação da PVDE/PIDE/DGS no Porto. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Davallon, J. (2006). Memória e Património - por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. Acedido em <https://books.openedition.org/oep/866>.
- Farinha, L. (2021). Usos do passado e combates pela memória, pela história e pela democracia: Museu do Aljube, Resistência e Liberdade – construção de um “lugar de memória traumática” in Experimentações do património: diversidades e resistências. pp. 111–139.
- Ferreira, A. S., Madeira, J., & Casanellas, P. (2017). Violência política no século XX: Um balanço. IHC-Instituto de História Contemporânea. Lisboa.
- Fruchtengarten, L. (2021). Museus de memória traumática e a musealização do imaterial. Dissertação de mestrado. Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa. Lisboa.
- ICOM. (2011). Carta dos museus memoriais. Acedido em <https://icom.museum/en/ressource/international-memorial-museums-charter/>.
- Janeiro, H. (2017). Do Heroísmo à Firmeza. Jornal «Avante!» Nº 2265. Acedido em <https://www.avante.pt/pt/2265/temas/145081/Do-hero%C3%ADsmo%C3%A0-firmeza.htm>.
- Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. Diário da República. 1.ª série-A, n.º 195 (2004), pp. 5379 5394. «Lei-Quadro dos museus portugueses».
- Loff, M., Soutelo, L. e Piedade, F. (2014). Ditaduras e revoluções: democracia e políticas da memória. Almedina. Coimbra.
- Madeira, J. (coord.), Pimentel, I. e Farinha, L. (2007). Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política. Esfera dos Livros. Lisboa.
- Martins, A. (2015). A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Tese de Mestrado. FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Mcghie, H.A. (2020). Museums and Human Rights: human rights as a basis for public service. Curating Tomorrow, UK.
- Monteiro, L. e Castro, J. (2019). Museu da Vergonha. Acedido em <https://vimeo.com/353235358>.
- Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. (2018). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Catálogo da exposição. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa.
- Museu Nacional Resistência e Liberdade. (2019). Por teu livre pensamento. Catálogo da Exposição. Edição bilingue Português-Inglês. MNRL e Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa.
- Nunes, J. (2013). A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, Desenvolvimento, Democracia in Democracia, ditadura: memória e justiça política. Edições Tinta-da-China. Lisboa.
- O último dia da PIDE, 26 de Abril no Porto, Movimento democrático do Porto, 1974.
- Pekarik, A. J., Schreiber, J.B., Hanemann, N., Richmond, K. & Mogel, B. 2014 IPOP: A theory of experience preference, Curator The Museum Journal, 57(1). pp. 5-27.
- Pimentel, I. (2011). A história da PIDE. Temas e debates: Círculo de Leitores. Lisboa.
- Rosas, F. (2018). Salazar e o poder. A arte de saber durar. Tinta-da-China. Lisboa.
- RTP. (2018). Porto insurgente. Programa História a História, episódio 5, de 9 de Novembro de 2018.
- Queirós, M. (1982). Museu Militar do Porto in O tripeiro, nº 9, vol. I, Setembro de 1982. Porto.
- Smith, L. (2006). Uses of Heritage. 1ª ed. Routledge. New York.